

Senado aprova por unanimidade projeto de proteção a testemunhas

Considerada um avanço na luta contra a impunidade, a proposta também prevê garantias para vítimas ameaçadas e possibilidade de perdão a réu primário que colabore com a investigação. Texto vai agora à sanção presidencial



Senadores afirmaram que proposta de proteção a testemunhas e vítimas coloca o Brasil em situação de igualdade com Europa e Esta dos Unidos

Projeto de lei aprovado ontem por unanimidade pelo plenário do Senado estabelece normas para a criação de programas de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas e permite o perdão judicial a acusados que concordem em colaborar com a investigação. Senadores de diversos partidos destacaram, antes da votação, a importância da proposta para o combate à impunidade. O projeto vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 3

CONGRESSO
Votação da LDO permite recesso em julho

PÁGINAS 2 E 3

BB e Caixa não recuperarão prejuízo com a Encol

O patrimônio da massa falida da construtora Encol mal chegará para pagar os débitos trabalhistas. A informação foi dada pelo síndico, Roldão Izael Cassimiro, em depoimento ontem à CPI do Sistema Financeiro.

Banco do Brasil, Caixa e outros bancos não têm chance de receber o que emprestaram à empresa, previu ele.

PÁGINA 5



CPI ouviu o síndico da massa falida da Encol, um conselheiro fiscal e um ex-diretor do Banco do Brasil



Depoentes de ontem, como a advogada Laila Kezen, trataram do TRT-RJ

Vice-presidente da CPI do Judiciário critica depoimento de classista

“Em boa hora o Senado decidiu acabar com a figura dos classistas”, disse o senador Carlos Wilson ao ouvir um dos três depoimentos de ontem na CPI do Judiciário.

PÁGINA 6

ACM desafia **Ciro Gomes** a explicar como vive sem renda

O recebimento de R\$ 5 mil por conferência, citado pelo ex-governador do Ceará, é classificado pelo senador como "conversa fiada"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desafiou o ex-governador **Ciro Gomes** a dar esclarecimentos sobre sua situação financeira, ao rebater, durante entrevista concedida ontem, acusações feitas por **Ciro**.

– Ele está procurando briga com fatos inverídicos, pois não se encontra nada de concreto nas acusações que faz. Se ele quer luta, então precisa explicar como vive. Ninguém acredita nessa história de R\$ 5 mil por conferência. Isso é conversa fiada – disse Antonio Carlos.

O senador contestou atos praticados por **Ciro Gomes** quando foi governador do Ceará.

– Ele precisa dizer por que fez o Canal do Trabalhador, a pior obra já realizada no Brasil, sem licitação, sem vantagem para o povo do Ceará. Ele foi um mau administrador – acusou.

Antonio Carlos estranhou que o ex-governador tenha registrado, em sua declaração de renda, um automóvel e R\$ 2 mil.

– Todos vocês aqui – disse aos jornalistas – têm mais de um Volkswagen e dois mil reais, e não vivem como ele vive. Ele precisa explicar como vive sem ter



Antonio Carlos recordou ter sido procurado muitas vezes por **Ciro Gomes**, com quem disse que tinha um relacionamento muito bom

renda – enfatizou.

O presidente do Senado também esclareceu que **Ciro Gomes** apoiou a candidatura Collor na convenção de seu partido, posição que também foi adotada por Fernando Henrique Cardoso.

– Houve empate de oito a oito na convenção, e isto está documentado. O Covas é que foi contra o apoio a Collor – lembrou.

O senador frisou, ainda, que houve uma mudança súbita de comportamento do ex-governador.

– O **Ciro Gomes** é um homem estranho. Por muitas vezes veio ao Senado me procurar no gabinete, inclusive antes de eu ser presidente, e são testemunhas disso os senadores do Ceará: seu relacionamento comigo sempre foi muito bom — comentou Antonio Carlos.

Presidente do Senado evita comentar reforma

Por considerar o assunto de alçada exclusiva do presidente da República, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que não comentará a possibilidade de reforma no ministério.

– Reforma ministerial é problema do presidente. Eu nem me preocupo com isso. Quem tem ministros, e sabe que eles são competentes, não precisa se preocupar com reforma ministerial – disse.

Antonio Carlos ressaltou que sua posição institucional o impede de fazer comentários sobre o tema.

– É uma prerrogativa exclusiva do presidente da República; quem acha alguma coisa é ele. Como presidente do Senado, não devo achar nada. Por isso mesmo, não devo falar – enfatizou.

Confirmado início do recesso na quinta-feira

A previsão de início a 1º de julho, quinta-feira, do recesso parlamentar, após a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), foi confirmada ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

– Sempre que possível, é melhor votar dentro do período normal, até para que não se diga que o motivo da convocação foi para ganhar a ajuda de custo – disse.

O senador reúne-se hoje com os líderes partidários, para traçar a pauta das prioridades de tramitação do segundo semestre. Ele considera positivo o resultado do trabalho dos primeiros seis

meses do ano.

– O Senado cumpriu rigorosamente com seus deveres. Algumas matérias importantes estão na Câmara, e devem ser aprovadas no segundo semestre – afirmou.

FORD NA BAHIA

Antonio Carlos comentou também a assinatura de protocolo entre o governo da Bahia e a Ford para instalação de uma fábrica da empresa em Camaçari.

– Foi uma festa muito bonita, uma demonstração de que o Brasil vai crescer também para o Nordeste, com a desconcentração industrial. Os outros estados também serão contemplados – acrescentou.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h - Preside sessão deliberativa ordinária
15h - Preside sessão do Congresso Nacional

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Parecer nº 429/99, sobre a Mensagem nº 131/99 (nº 812/99, na origem), de 21/6/99, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República; "Parecer nº 403/99, sobre a Mensagem nº 130/99 (nº 808/99, na origem), de 17/6/99, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva para exercer o cargo de conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos; "Mensagem nº 278/98, submete à deliberação do Senado a escolha de Dinah Flusser para exercer a função de embaixadora do Brasil em Barbados e, cumulativamente, em São Cristóvão e Nevis; "Mensagem nº 100/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Jorge D'Escragnonne Taunay Filho para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Angola, e cumulativamente, junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe; "Mensagem nº 104/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Luiz Sérgio Gama Figueira para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen; "Requerimento nº 325/99, do senador João Alberto Souza, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 160/99 - Complementar, que responsabiliza as instituições financeiras pelo pagamento dos cheques emitidos por seus clientes; "Requerimento nº 326/99, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 31 e 44, de 1999, por versarem sobre o voto facultativo; e "Requerimento nº 327/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre o PR nº 52/99, de autoria do senador Leomar Quintanilha, que altera a Resolução nº 96/89, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Fiscalização e Controle.

15h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação do substitutivo apresentado pelo senador Luiz Estevão à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, de iniciativa do Poder Executivo. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

9h30 - Subcomissão de Rádio e Televisão

Convocação: reunião ordinária para a apresentação da pauta de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

10h - CPI do Judiciário

Ótivos: Sócios da empresa Ikal, Fábio Monteiro de Barros Filho e José Eduardo Correia Ferraz. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

11h30 - Comissão de Educação

Item 1 - Instalação e eleição do presidente, relator e indicação dos membros da Subcomissão do Cinema Brasileiro. Item 2 - "PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; "PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento; "PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero; "PLS 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; "PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; "PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; "PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; "PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; "PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; "PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; "PLS nº 314/99, que denomina "Aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandara" o aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); "PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; "PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; "PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; "PLS nº 320/99, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco (AC); "PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; "PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "PL nº 3/99 - CN; "Contas do presidente da República referentes ao exercício de 1997; "BR-393/RJ - divisa MG/RJ - Volta Redonda - entroncamento BR-116 (Mensagem 343/99-CN); "PL nº 4/99 - CN; e "PL nº 5/99 - CN. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Audiência pública para que sejam discutidos os recursos do orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização de financiamentos externos para alívio da pobreza. Convidados: ministro de Estado do Orçamento e Gestão, Pedro Pullen Parente; diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e o diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antônio Cláudio Sochaczewski

Pauta: "PLC nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs. 5.025/96 e 6.305/75; "PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; "PLC nº 50/98, acrescenta dispositivos ao art. 487 da CLT; "PLS nº 15/99, altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), e o art. 75 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); "PLS nº 119/99, que dispõe sobre a inclusão de aviso alertando para os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis; "PLS nº 195/99, que dispõe sobre o uso da talidomida; "PLS nº 233/99, que estabelece normas para registro de diploma de graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica e odontologia e fisioterapeutas; e "PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademar Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado programa de proteção a testemunha

Vai à sanção presidencial projeto de lei que também permitirá às autoridades conceder perdão judicial para os réus primários que se dispuserem a colaborar com a investigação policial ou com o processo criminal

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que estabelece normas para a criação de programas de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas, e também a acusados que concordem em testemunhar para colaborar em investigações criminais. Como a matéria já havia sido aprovada na Câmara, e não sofreu nenhuma modificação em plenário, irá agora à sanção presidencial.

Em seu voto, o relator Romeu Tuma (PFL-SP) observa que o projeto "representa o equilíbrio entre o interesse do Estado, que tem o direito de punir, mas depende de prova, e o da vítima e da testemunha, que por falta de segurança, às vezes se recusam a colaborar", justifica o senador.

Pelo projeto, o ingresso no programa de proteção a testemunha pode se estender aos integrantes da família da vítima, devendo tanto os agentes como os protegidos manter o sistema sob sigilo.

A proposta também permite a concessão



Romeu Tuma: "Equilíbrio entre o interesse do Estado e o da vítima e da testemunha"

do perdão judicial para os réus primários que se dispuserem a colaborar com a investigação ou com o processo criminal. Estão excluídos do programa os que já estejam cumprindo pena, os indiciados ou acusados sob prisão cautelar e outros cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento que serão exigidas pelo sistema.

Lei similar já foi adotada nos EUA e na Europa

O projeto de lei que fixa normas para a organização de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas recebeu manifestações favoráveis de representantes dos diversos partidos. Eles destacaram, principalmente, o fato de sua aprovação colocar o Brasil em situação de igualdade com a Europa e os Estados Unidos, que já dispõem de legislação similar.

Para Nabor Júnior (PMDB-AC), a medida vai ajudar no combate à impunidade, "que beneficia desde os pequenos criminosos urbanos até os grandes escroques que aplicam golpes bilionários". Ele lembrou que nem mesmo os parentes das vítimas se animam a denunciar os criminosos por temerem uma possível execução.

Ney Suassuna (PMDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS) também realçaram a importância de existir uma lei que dê garantias de integridade física a quem decide testemunhar. Simon destacou ainda a validade de o projeto estender o direito à proteção aos réus que colaborarem em troca de perdão judicial e consequente extinção da pena.

Iris Rezende (PMDB-GO), que era ministro da Justiça na época em que a proposta foi encaminhada pelo Executivo ao Congresso, em 1997, disse que o "Senado está dando um passo histórico ao aprovar mais um instrumento de combate ao crime". Ele afirmou que a medida ajudará o Judiciário a apurar os delitos e também no julgamento dos criminosos. Bernardo Cabral (PFL-AM) cumprimentou a iniciativa de Iris.

Emilia Fernandes (PDT-RS) e Heloisa Helena (PT-AL) elogiaram o projeto, mas manifestaram preocupação com a aplicação efetiva da medida, já que o país está cortando gastos e custos públicos. Heloisa Helena saudou as ONGs de defesa dos direitos humanos, que sempre cobraram a adoção da iniciativa aprovada ontem.



Iris Rezende considera o projeto "um passo histórico" no trabalho de combate ao crime

Plenário debate concessões de rádio e TV

O plenário também aprovou ontem quatro projetos de decreto legislativo, que permitem a exploração de três rádios e uma concessão de televisão no estado do Amapá. A empresa que recebeu a permissão, Beija-Flor Radiodifusão Ltda., irá instalar serviço de radiodifusão de som e imagem na capital, Macapá, e os serviços de rádio nas cidades de Mazagão (ondas médias) e Santana (ondas médias e frequência modulada).

Durante a discussão da matéria, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) contestou a apreciação de quatro atos de outorga de serviços para uma mesma empresa de radiodifusão, o que, a seu ver, constitui prática de monopólio. "Esse modelo de concentração de poder para poucas empresas de comunicação tem feito com que os outros poderes estejam sujeitos ao quarto poder. Dizem até que quando a Rede Globo começa a veicular matérias com imagem negativa do governo é porque a fatura está atrasada. Onde está a democracia?", questionou.

Já o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), discordou da posição de Ademir, observando que não há como alegar que a outorga de quatro concessões para uma mesma empresa de comunicação constitui ato ilegal, pois esta restrição não existe. "Para que se possa questionar tal ato é preciso que se mude a lei, pois essa empresa passou por um processo de concorrência pública, foi aprovada e considerada habilitada", afirmou.

Para Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), deve ter havido uma coincidência, pois os quatro projetos chegaram ao mesmo tempo no Congresso, ou até mesmo falta de interesse de outras empresas de comunicação em explorar o serviço.

As concessões não têm caráter exclusivo e valem por prazos de 15 anos, no caso da TV e da rádio FM, e de dez anos, para as rádios AM.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1999 (nº 610/95, na Casa de origem). Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Resultado: Aprovado. À sanção.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 1999 (nº 78/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Santana (AP). Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1999 (nº 80/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Macapá (AP). Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1999 (nº 81/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na localidade de Mazagão (AP). Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 1999 (nº 82/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na localidade de Santana (AP). Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Requerimento nº 290, de 1999, de autoria do senador Osmar Dias. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 322 e 324, de 1999, por versarem sobre condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 322 e 324/99 passam a tramitar em conjunto e retornam à CAS, em decisão terminativa. — Lido e aprovado requerimento solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 70, de 1999 (Of. nº S/21/99), que autoriza a prefeitura municipal do Rio de Janeiro a refinar 95% da dívida vincenda, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, e, para tanto, emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-Rio), visando ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1999. Resultado: A matéria a que se refere o requerimento constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira.

— Lido e aprovado requerimento solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 72, de 1999 (Of. nº S/40/98), que autoriza o estado do Piauí a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil, mediante repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 8,9 milhões, destinados à execução do Programa Prodetur/NE.

Resultado: A matéria a que se refere o requerimento constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Senadores manifestam pesar pela morte de ex-deputado

Por requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o plenário decidiu ontem que o Senado apresentará votos de pesar à família do ex-prefeito de Rio Verde (GO), Iron Jaime do Nascimento, que morreu, na sexta-feira passada, aos 60 anos de idade.

Iron foi deputado estadual e secretário de Estado, à época em que Maguito foi governador de Goiás. O senador o descreveu como "excepcional figura humana, cuja importância do trabalho, da atuação social e política se traduziram em relevância e destaque na vida nacional e em Goiás". Maguito disse que o Senado não "podia se eximir de prestar esse voto de pesar" pelo fato de "Iron ser uma pessoa muito conhecida na região" e também "por seu valor pessoal e humano".

Lei de Diretrizes Orçamentárias será votada hoje

Em sessão do Congresso Nacional, senadores e deputados votam hoje, às 15h, o substitutivo do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, originária do Executivo. O substitutivo foi aprovado no último dia 16 pela comissão mista formada para examinar a matéria.

Entre as novidades propostas no substitutivo, está a criação de dispositivos destinados ao controle do custo das obras federais ou realizadas com recursos transferidos pela União. Com a medida, os gastos com a construção de prédios públicos, saneamento básico e

pavimentação não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, acrescido de até 30% para cobrir custos, como a elaboração de projetos.

O substitutivo estabelece metas de superávit primário (receitas menos despesa, exclusive juros) de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,6% dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e 0,1% das empresas estatais federais. Luiz Estevão explicou que os recursos obtidos com essa economia



Luiz Estevão

serão utilizados para reduzir a dívida interna.

Ao votarem o substitutivo, diversos deputados parabenizaram o relator pelo "caráter democrático" com que conduziu a elaboração do parecer, promovendo reuniões abertas a todos os parlamentares. O senador

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que Luiz Estevão se esforçou para dar prestígio ao Congresso, inclusive proibindo a possibilidade de contingenciamento das dotações orçamentárias do Senado e da Câmara.

Plenário vota recondução de Brindeiro

Após ser aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a concessão de um novo mandato de dois anos para o procurador-geral da República está na pauta de hoje

O plenário do Senado vota hoje, na sessão marcada para as 10h, a recondução de Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República para mais um mandato de dois anos. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já havia aprovado na semana passada parecer favorável à indicação feita pelo presidente da República após a sabbatina de Brindeiro.

O Senado também vota pedido de autorização, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para

que a União possa aumentar o limite de US\$ 9,5 bilhões para US\$ 20 bilhões do total de títulos que pretende lançar no exterior em substituição a papéis da dívida interna.

Além disso, serão votadas três mensagens presidenciais que submetem à aprovação da Casa nomes de diplomatas para postos no exterior. São eles: Dinah Flusser, ministra de segunda classe, para exercer o cargo de embaixadora em Barbados, cumulativamente com São Cristóvão e Névis; Jor-

ge D'Escragolle Taunay Filho, ministro da segunda classe, para o cargo de embaixador em Angola e, cumulativamente, na República Democrática de São Tomé e Príncipe; e Luiz Sérgio Gama Figueira, ministro de primeira classe, para o cargo de embaixador no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen.



Geraldo Brindeiro foi indicado pelo presidente da República

Parente fala à CAS sobre orçamento da área social

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 17h, em audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente; o diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e com o diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Cláudio Sochaczewski.



Osmar Dias presidirá a audiência pública prevista para a tarde

A audiência foi marcada para debater os recursos do Orçamento da União para a área social, especialmente aqueles obtidos

com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, mediante a concessão de financiamentos externos para redução da pobreza.

Em seguida, a CAS se reunirá para examinar uma pauta de nove itens, entre eles projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) dispendo sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. Relatora da matéria, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) tem parecer favorável, na forma de substitutivo.

Também será apreciado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dispendo sobre o uso da talidomida. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) é o relator e tem parecer favorável. Ainda aguarda votação projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelecendo normas para registro de diploma de graduados em medicina, enfermagem, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia. A relatora, Maria do Carmo Alves (PFL-SE), é favorável à matéria.

Suassuna defende a rolagem de títulos do Rio de Janeiro

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse ontem, durante reunião da CAE, que está negociando solução para evitar a inadimplência do estado do Rio de Janeiro, que tem títulos no valor de R\$ 250 milhões vencendo na quinta-feira. A reunião foi suspensa sem que se votasse o parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), favorável à rolagem (troca por novos papéis) de R\$ 956,7 milhões em títulos a vencer no segundo semestre de 1999.

— Temos que aprovar a rolagem dos títulos até quarta-feira, uma vez que o estado não dispõe de recursos para pagá-los — afirmou Suassuna. O presidente da CAE explicou que, se o estado do Rio não honrar a dívida, o Banco do Brasil será bastante prejudicado. É que o BB tem R\$ 10 bilhões em papéis do Rio (“carioquinhas”), com vencimentos diversos, e esses títulos cairão de valor caso o Rio fique inadimplente, obrigando o banco a registrar prejuízo em seu balanço.

A reunião da comissão deve continuar hoje, logo após a Ordem do Dia do plenário. Vários senadores participavam da negociação em tor-

no do problema dos títulos vinculados a precatórios. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) propôs que o Rio role apenas as parcelas que se vencem nos dias 1º de julho e 1º de agosto. O restante (a vencer entre



Ney Suassuna (ao lado de Bello Parga) lembrou que o governo fluminense não dispõe de recursos para pagar títulos que vencem na quinta-feira

setembro e dezembro) seria incluído na renegociação da dívida global do Rio com o governo federal, que está em andamento. “Essa idéia é perfeitamente razoável”, disse Ney Suassuna. “Mas temos que lutar para que haja tempo de votá-la”, observou o senador.

A princípio, Osmar Dias se mostrara contrário ao refinanciamento da dívida do Rio de Janeiro por entender que o estado já está muito endividado, e os títulos a serem lança-

dos pagarão juros iguais aos do *overnight*. “Não vou votar a favor dessa irresponsabilidade”, disse o senador paranaense. “Quem vai pagar isso é o povo do Rio e a sociedade brasileira, que já fez muito sacrifício para obter o ajuste fiscal.” Ele lembrou que o Banco Central encaminhou ao Senado parecer desaconselhando a rolagem com base no excesso de dívidas do Rio e no seu atual déficit primário (receitas menores que despesas, excetuando juros).

Suassuna esclareceu que, apesar do parecer do BC, o Senado recebeu do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amauri Bier, sinal positivo para aprovar o pleito do Rio, de tal forma que a negociação do débito total não seja prejudicada pelo trauma da inadimplência. O presidente da CAE defendeu o refinanciamento com a alegação de que o Rio ainda está sofrendo as consequências da transferência da capital para Brasília.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que na ausência de Wellington Roberto atuou como relator, disse que o estado do Rio de Janeiro está fazendo um grande esforço para equilibrar suas contas e já cortou muitos gastos.

Comissão de Infra-Estrutura elege vice-presidente

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), elege hoje o seu vice-presidente, tendo como indicado o senador Alberto Silva (PMDB-PI). A reunião está marcada para as 10h.

Na mesma reunião, serão apreciados dois projetos de lei que introduzem al-

terações no Código Brasileiro de Telecomunicações. Um deles, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), estabelece que 50% da programação de todas as emissoras de rádio e televisão deverão ter seu teor voltado para a cultura local e regional, prevenindo multas para a empresa que não cumprir a determinação.

Outra proposta, de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), define a obrigatoriedade de as emissoras de televisão veicularem, ao longo de sua programação diária, por cerca de 90 segundos, fotografias identificadas de pessoas desaparecidas ou seqüestradas, além do número de telefone para contato.

CE discute obrigatoriedade de programas educativos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, devendo examinar uma pauta de 25 itens, entre eles projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças na televisão, estabelecendo sanções pelo seu descumprimento. Relator da matéria, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) tem parecer favorável.

A comissão deve apreciar projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio. O senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente da CE, que é o relator da proposta, tem parecer favorável, mas com emendas. No mesmo dia, a CE deve indicar os membros, além de instalar e eleger o presidente e o relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aguarda votação projeto que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, o qual tem parecer favorável, mas com emendas, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Deve ser votado também projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, o qual tem parecer pela aprovação do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Subcomissão de Rádio e TV define roteiro de trabalho

A Subcomissão de Rádio e Televisão tem reunião marcada para hoje às 9h30, na sala 15, Ala Senador Alexandre Costa, para definir roteiro de trabalho. A subcomissão, que se encontra no âmbito da Comissão de Educação, foi criada por iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), tem caráter permanente e a incumbência de tratar das questões relativas à comunicação de massa no país.

Caberá à subcomissão, de acordo com a proposta, promover a interação do Senado com os órgãos do Poder Executivo e com entidades da sociedade civil que possam contribuir para o debate sobre comunicação de massa no Brasil.

São titulares da subcomissão os senadores Pedro Simon, presidente; Artur da Távola (PSDB-RJ), vice-presidente; Amir Lando (PMDB-RO), Gerson Camata (PMDB-ES), Djalma Bessa (PFL-BA), Romeu Tuma (PFL-SP), Álvaro Dias (PSDB-PR), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes (PDT-RS).



Mauro Miranda diz que Santas Casas são vítimas de "frenético açodamento fiscal"

Mauro cobra isenção fiscal para as Santas Casas

A volta da isenção fiscal para as entidades filantrópicas é a medida mais eficiente para resolver as dificuldades financeiras das Santas Casas de Misericórdia. A opinião é do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que destacou o trabalho dessas entidades na prestação de serviços médicos em parceria com a estrutura pública de saúde, especialmente no estado que representa, Goiás, onde as Santas Casas respondem por 52% de todo o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O senador informou que esta é a principal reivindicação dos dirigentes dessas entidades, além do reajuste das tabelas do SUS e da criação de uma linha especial de financiamento, com juro subsidiado, para saneamento dos hospitais. "Na verdade, motivado por um frenético açodamento fiscal, o governo preferiu não considerar mecanismos de fiscalização já disponíveis, que lhe permitissem distinguir as entidades filantrópicas verdadeiras daquelas criadas apenas para fins de isenção fiscal", reclamou Mauro Miranda.

Segundo o senador, o próprio ministro da Saúde, José Serra, reconhece que o fim da isenção provocará uma perda anual de R\$ 300 milhões para o sistema de saúde, isto sem falar no desemprego. São mais de 450 mil empregos diretos administrados pelos hospitais beneficentes. Em termos de assistência médica, frisou, os números dão conta de que são mais de 1,2 milhão de consultas médicas, 250 mil exames laboratoriais e 600 mil internações.

Mauro Miranda lembrou que, no caso de Goiás, as Santas Casas estão localizadas exatamente nos municípios mais carentes, sendo o único recurso de assistência à saúde disponível à população. Das 2.600 entidades classificadas no Brasil como hospitais e entidades filantrópicas, 31 estão sediadas naquele estado. "É ocasião de reparação de decisões apressadas e injustamente tomadas", recomendou.

BB e CEF não têm chances de recuperar dinheiro da Encol

Informação foi transmitida à CPI do Sistema Financeiro pelo síndico da massa falida: patrimônio de aproximadamente R\$ 200 milhões mal dará para pagar os débitos trabalhistas, que têm prioridade

A massa falida da Encol possui um patrimônio de aproximadamente R\$ 200 milhões e o dinheiro mal dará para pagar os débitos trabalhistas. Com isso, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, além de 13 outros bancos, não têm a menor chance de receber os empréstimos que fizeram à construtora, anunciou ontem, em depoimento à CPI do Sistema Financeiro, o síndico da massa falida, Roldão Izael Cassimiro.

O BB, que emprestou cerca de R\$ 106 milhões, habilitou-se junto à massa falida para receber mais de R\$ 300 milhões, contando juros e correção monetária. Já a CEF, que emprestou R\$ 16,9 milhões, habilitou-se a receber mais de R\$ 500 milhões. Roldão informou ainda que será feita uma perícia contábil em todos os empréstimos concedidos à Encol, para verificar se o sistema bancário não cobrou juros e multas acima do normal.

O síndico disse ainda que, dos 42 mil mutuários iniciais da Encol, 21 mil con-

Roldão Izael Cassimiro anunciou a realização de uma perícia contábil nos empréstimos



seguiram registrar suas escrituras e, com isso, têm direito a uma fração dos prédios em construção e podem terminar

as obras, com novos financiamentos. Outros 16 mil não tiveram a chance, mas podem criar associações, que seriam donas de 159 terrenos ou "esqueletos" de prédios, e assim sair da massa falida e partir para a construção. O restante não tem sequer tal oportunidade.

A CPI ouviu ainda ontem Carlos Alberto de Araújo, membro do Conselho Fiscal do BB, e João Batista Camargo, ex-diretor de Recursos Humanos do banco. Carlos Alberto criticou a diretoria do BB que, com base no resultado de uma sindicância, puniu 20 funcionários, mas nada fez contra os diretores que acompanharam o caso Encol. Ele acusou a diretoria do BB de "inação, pois só tinha dois caminhos a tomar, quando ficou clara a situação da Encol: ou pedir a falência ou ajudar".

No final, não pediu falência e nem encontrou solução, acrescentou.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-

MT) afirmou que, na verdade, "está claro que os funcionários subalternos do Banco do Brasil foram apanhados como boi de piranha no episódio. A diretoria aplicou as punições para justificar as bobagens que o banco fez ao tratar da Encol".

Já o ex-diretor João Batista Camargo admitiu que o Banco do Brasil só soube de problemas da Encol, apesar de várias auditorias anuais, depois que o Banco Central fez uma fiscalização no DF e constatou problemas na agência do BB que cuidava das contas da Encol.

O presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), propôs que a comissão ouvisse, apesar de não convocado, o presidente da Associação Nacional dos Clientes da Encol, Charles Belchier, presente a todas as reuniões que trataram da situação da construtora. Belchier pediu que os bancos liberassem as garantias dos terrenos e "esqueletos" que a Encol deu ao tomar empréstimos. Essas garantias vêm impedindo que os mutuários construam ou terminem de construir seus apartamentos ou prédios.



Os senadores João Alberto e José Roberto Arruda participam da inquirição de Roldão Izael Cassimiro, João Batista Camargo e Carlos Alberto de Araújo

CPI decide amanhã sobre novos depoimentos

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro irão se reunir, a portas fechadas, amanhã, quando decidirão os nomes dos banqueiros que serão ouvidos sobre o Proer na primeira quinzena de agosto. A CPI já tomou dois depoimentos sobre o Proer, mas decidiu que só continuaria o assunto após o recesso parlamentar de julho. Ainda amanhã, os senadores discutirão o que pode ser feito para que os bancos oficiais liberem as garantias que a Encol ofereceu ao tomar empréstimos. Ela apresentou como garantia terrenos e prédios em construção, cujas frações já pertenciam aos seus mutuários. Sem essa liberação, os mutuários têm de contratar advogados para acompanhar o processo na massa falida e não podem oferecer as frações para tomar empréstimos bancários e erguer ou concluir os prédios.

CPI recorre ao Supremo de novo contra liminares

O presidente em exercício da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), apresentará hoje no Supremo Tribunal Federal novos agravos regimentais para que os ministros da corte que concederam liminares a favor de investigados pela CPI cassem as liminares ou levem o assunto ao plenário do STF.

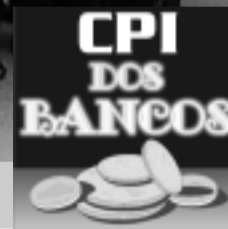
Desta vez, no entanto, a CPI mudará sua estratégia e, ao invés de se limitar a contestar os argumentos contidos nos mandados de segurança, irá justificar

por que pediu a quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos dos investigados. Ao comunicar o assunto à CPI, Arruda observou que, "dos entendimentos feitos nos últimos dias", ele tirou a conclusão de que a simples contestação das liminares não surtiria efeito.

Arruda acrescentou que, se os ministros do Supremo não analisarem os agravos até amanhã, "todo o mês de julho estará perdido pela CPI", pois o STF entrará em recesso, só voltando a funcionar em agosto. Caso as liminares

sejam alteradas, as equipes técnicas da comissão de inquérito trabalharão durante todo o mês de julho, quando o Congresso também entrará em recesso, inclusive as CPIs.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que a CPI cometeu equívoco ao aprovar a quebra de sigilos sem as necessárias justificativas. "Nós tomávamos as decisões em reuniões fechadas e nos requerimentos não colocávamos nada daquilo que tínhamos de indícios e até provas", afirmou.



Depoimento prejudica Justiça do Trabalho, diz Wilson

Atuação na reunião de ontem da juíza Nair Aparecida Guimarães, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, leva vice-presidente da comissão a afirmar que o Senado “em boa hora decidiu acabar com a figura dos classistas”

O depoimento da juíza classista do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ), Nair Aparecida Guimarães, foi prejudicial à imagem da Justiça do Trabalho, afirmou o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente da CPI do Judiciário. Para o senador, a presença da juíza na comissão demonstrou o despreparo dos juízes classistas.

— Por isso que a Justiça do Trabalho é olhada pejorativamente e se

fala em extingui-la. O Senado em boa hora decidiu acabar com a figura dos classistas — observou o senador.

Nair Guimarães iniciou o seu depoimento colocando-se à disposição dos senadores. No entanto, não foi isso que se viu. Juíza classista desde 1991, indicada pelo Sindicato dos Práticos em Farmácia do Rio de Janeiro, Nair Gui-

marães disse não ter condições de se lembrar de nenhuma empresa na qual tenha trabalhado. Além disso, depois de ouvir gravação de conversa sua com o jornalista Eduardo Homem de Carvalho, negou a veracidade das gravações. “Não disse o que dizem que eu disse”, afirmou sobre a fita que traria declarações suas a respeito da compra de votos de juízes do TRT.

Em um trecho, Nair comenta a compra de votos: “Não vou ficar

pobre”, afirma. Outro traz comentários sobre as relações entre o juiz José Maria de Mello Porto e os juízes classistas. “Ele é muito pelos classistas”, expõe a gravação. Nair Aparecida reiterou não ser sua a voz das gravações. Neste momento, foi alertada pelo relator das consequências deste ato, caso a perícia a que vem sendo submetida a fita compro-



O relator e o presidente da CPI, senadores Paulo Souto e Ramez Tebet, ouviram também a ex-juíza classista Ana Telma Wainstock

ve a sua participação. “Se suas afirmações não forem verdadeiras, estará incorrendo em falta gravíssima”, afirmou Paulo Souto.

Nair Guimarães disse não se lembrar se entrou com ação na Justiça contra o jornalista. “Faz muito tempo e meu pai

é quem age por mim”. No ano passado, Nair foi nomeada juíza de segunda instância, desta vez indicada pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Rio de Janeiro, presidida por seu pai, Laureano Furtado. Inquirida pelo presidente da CPI, senador Ramez Tebet



Advogada nega envolvimento em licitações

A advogada Laila Kezen negou ontem, em depoimento à CPI do Judiciário, envolvimento com irregularidades em licitações promovidas pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) durante a gestão do ex-presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994. A advogada disse que participou de apenas uma licitação e, ainda assim, como “mera representante” de uma das empresas concorrentes.

O jornalista Eduardo Homem de Carvalho apresentou à CPI fita contendo gravações nas quais a advogada admitiria que a licitação para concessão de restaurante na sede do tribunal seria fraudulenta. “Eu tenho todas as empresas na minha mão”, teria dito Laila Kezen, conforme transcrição da fita lida pelo relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA). A advogada não admitiu a ve-



Laila Kezen disse ter ido a homenagens ao ex-presidente do TRT do Rio de Janeiro, José Maria de Mello Porto, por ser “muito festiva”

racidade das gravações. “Não posso informar se a voz é minha ou não”, argumentou. O senador Paulo Souto sugeriu

à depoente que a fita fosse ouvida durante a audiência. Laila Kezen, alegando problemas de saúde, recusou-se a ou-

vir. Para o relator, a recusa em admitir que participara da conversa com o jornalista prejudicou o depoimento da advogada.

Em outro trecho das gravações, conforme leu o relator, Laila teria dito conhecer um advogado que faria *lobby* dentro do TRT-RJ. De acordo com a fita apresentada por Eduardo Homem, este lobista intermediaria a compra de votos de juízes no tribunal. A advogada não confirmou a informação e assegurou nunca ter ido a gabinetes de juízes para pedir votos.

Com relação a outra das acusações que pesam contra Mello Porto, a de usar o cargo para se promover, Laila defendeu o juiz. “O Mello Porto é uma pessoa muito carismática.” A advogada assumiu ter comparecido a inúmeras solenidades em homenagem ao magistrado. “Eu sou muito alegre, festiva”, justificou.

Corretor fala sobre imóvel na Paraíba

O corretor de imóveis, Antonio Moacir Santos, é o depoente de hoje na CPI do Judiciário. De acordo com Antonio Almério Marra, que vendeu imóvel por R\$ 710 mil para o Tribunal Regional da Paraíba (TRT-PB), foi Antonio Moacir quem fez a avaliação para a concretização do negócio. Os senadores suspeitam que tenha havido superfaturamento na compra do imóvel. A CPI encontrou em conta bancária do corretor R\$ 50 mil.

A expectativa da comissão era ouvir nesta terça-feira o inspetor judicial Roberto Jorge Dino, que trabalhou no inventário da herança deixada pelo empresário Washington Nominatto. A CPI investiga indícios de que a herança tenha sido dilapidada durante o inventário.

Comissão Mista de Orçamento aprecia contas do presidente da República de 1997

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje para apreciar as contas do presidente da República referentes a 1997. O parecer do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), é favorável à aprovação.

Lobão analisa alguns temas destacados do parecer prévio apresentado pelo ministro Humberto Souto e aprovado pelo Tribunal de



Edison Lobão

Contas da União. Entre esses temas estão os números relativos à política e ação social do governo, infra-estrutura, financiamentos externos, dívida pública federal interna, carga tributária nacional e Programa Nacional de Desestatização.

A comissão deve decidir também sobre parecer referente a obra que, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999, teve sua exe-

cução vedada por constar de lista de construções irregulares encaminhada pelo TCU ao Congresso. A obra — o Trevo das Garças, no entroncamento da BR-116 com a BR-393/RJ, no município de Volta Redonda — está a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Assim como a Secretaria Federal de Controle, o relator da matéria na comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considerou as explicações do DNER insatisfatórias e recomendou a “manutenção da vedação referente à autorização para a execução orçamentária”.

Lauro propõe isenção de pedágio a caminhões e táxis

Caminhões e táxis poderão ficar isentos de pedágio nas rodovias federais administradas pela iniciativa privada. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF), prevê o ressarcimento do valor dessa isenção às empresas concessionárias das rodovias, baseado numa estimativa do volume de tráfego, classe dos veículos e no valor da tarifa. O projeto foi enviado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, onde aguarda decisão terminativa.

Para Lauro Campos, a concessão à iniciativa privada deveria visar à manutenção das rodovias de tráfego intenso, constituindo-se numa alternativa a ou-

tras vias em que o tráfego ficaria lento e congestionado. Ele contou ainda que em outros países onde se implantou sistema semelhante há a alternativa entre uma via com pedágio e outra sem. Para o senador, o cidadão brasileiro não tem escolha e, assim, o programa de concessões não passa de um mero mecanismo de arrecadação, que não requer qualquer compromisso com a qualidade dos serviços.

Mas é no setor de transporte de mercadorias e passageiros, segundo argumentou o senador, que reside o principal problema, pois o preço do pedágio será incorporado ao preço final dos produtos.

No Cultura ao Meio-Dia, um filme que mistura amor e Internet

O filme *Mens@gem para você* (*You've got m@il*) é a atração da semana do projeto Cultura ao Meio-Dia. A comédia romântica americana de 1998 será apresentada amanhã no Auditório Petrônio Portella, do Senado, com entrada franca.

Dirigido e roteirizado por Nora Ephron, que tanto sucesso fez em *Sinfonia do Amor*, o filme tem em seu elenco os atores Tom Hanks e Meg Ryan.

Os personagens que interpretam se conhecem pela Internet e se apaixonam, sem saber que competem como inimigos pelo mercado.

Ela tem uma livraria infantil na mesma rua em que ele abre uma loja de uma cadeia de livrarias. Embora morem no mesmo bairro e frequentem a mesma padaria e supermercado, os dois só se conhecem pela Internet, sem saber a verdadeira identidade um do outro.

Nova ministra do STJ fala à TV Senado

O programa *Mulheres em Destaque*, da TV Senado, terá como entrevistada a juíza Eliana Calmon Alves, que toma posse amanhã como ministra do Superior Tribunal de Justiça, sendo a primeira mulher indicada para um tribunal superior no país.

No programa, que vai ao ar hoje às 9h e às 21h30, Eliana Calmon fala sobre o processo de escolha de um ministro e das dificuldades que enfrentou. Ela disse acreditar que sua escolha se deve ao mérito, e que o fato de ser uma mulher teve pouca influência no processo. "A diferença entre homens e mulheres na vida profissional deve vir da demonstração da competência e da capacidade", disse.

Eliana Calmon defende a reforma do Judiciário, que considera "envelhecido", e se diz contra a extinção da Justiça do Trabalho, o que, segundo ela, iria sobrecarregar ainda mais os outros tribunais que assumiriam os processos trabalhistas.

Mozarildo quer mudar formação de médicos

A concentração de profissionais da área de saúde nas regiões Sul e Sudeste é o tema da entrevista do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) à TV Senado. Ele apresentou projeto de lei estabelecendo que os médicos recém-formados prestem dois anos de exercício profissional nas regiões Norte e Nordeste, antes de registrar o diploma junto ao Ministério da Educação.

— Um país continental como o Brasil não pode se dar ao luxo de concentrar os profissionais de saúde — disse ele na entrevista que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

O senador acredita que o projeto provocará uma profunda mudança nos currículos das escolas de medicina. Segundo ele, os profissionais da área fariam uma pós-graduação de Brasil, a exemplo do que ocorre em Cuba. "Iremos seguir o exemplo dos médicos cubanos, que se formam com esse perfil de ajudar a saúde pública."

FHC deve ter liberdade para mudar ministério, diz Alcântara

Parlamentar afirma que os desentendimentos entre os partidos que apóiam o governo prejudicam os próprios aliados

"Devemos liberar o presidente da República para que componha seu governo da maneira que achar mais conveniente", disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem, nesse segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso deve perseguir a meta de fazer o país crescer sem comprometer o déficit público e sem permitir a volta da inflação.

O parlamentar reconheceu que associar estabilidade com crescimento econômico é uma meta difícil, mas lembrou que, quando o Brasil seguiu a política de deixar o bolo crescer para depois distribuí-lo, o resultado foi o fim do bolo e um maior número de pessoas à espera da divisão. Em sua opinião, Fernando Henrique enfrenta dificulda-



Segundo Lúcio Alcântara, FHC precisa de liberdade de ação para fazer o país crescer

des por não conseguir executar um programa de crescimento capaz de reduzir as extremas desigualdades que ainda marcam o país.

Com o argumento de que os desentendimentos entre as legendas partidárias que apóiam o presidente da República terminam por comprometer a própria ação do governo, Lúcio Alcântara pediu que seu partido libere o presidente para a realização da reforma ministerial.

— Nós, que devemos ser os maiores interessados no êxito do governo, devemos ter compreensão para liberá-lo — sugeriu o senador.

Para ele, dessa forma o presidente conseguirá dar mais vigor a seu governo, sintonizando-o com a população e

alterando as condições inaceitáveis em que vive boa parte da população.

Referindo-se à estabilidade da moeda, o senador disse que esse é o maior capital do governo, mas apontou pesquisas recentes, segundo as quais há um deslocamento entre a imagem do presidente e o Plano Real.

Em sua opinião, isso significa que o atual presidente da República não tem mais o direito autoral sobre o êxito da moeda nacional, e precisa ser liberado para conduzir com sucesso uma política econômica que devolva esperança à população.

O senador leu matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* sobre a frustração dos empresários que se reúnem em torno do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) com o baixo crescimento do país.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS), Lauro Campos (PT-DF) e Ernandes Amorim (PPB-RO) apartearam o discurso de Lúcio Alcântara, manifestando-se sobre as perspectivas de crescimento do país.

Francelino anuncia instalação da subcomissão do cinema

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou, no plenário, que a Subcomissão Especial do Cinema, criada recentemente pela Comissão de Educação, será instalada hoje. Ele destacou a oportunidade da iniciativa, diante da expectativa dos profissionais do setor e dos intelectuais em geral de que o país tenha uma política pública para a área, na qual o Brasil se vê às voltas com várias dificuldades.

Francelino lembrou que poucos filmes brasileiros se pagam, frisando que esse quadro precisa ser revertido "se

quisermos ter de fato uma indústria cinematográfica digna do potencial nacional". Ele acrescentou que a história do cinema no Brasil é marcada por períodos de ascensão e de crise.

— Nos últimos cinco anos experimentamos um período de ascensão, cujos problemas já vieram à tona, renunciando um novo período de declínio — alertou.

Para Francelino, o debate que será promovido pela subcomissão especial poderá definir uma política racional, pois pode ser amplo e acolher as



Para Francelino, o Senado pode ajudar a formular uma política ampla de apoio ao cinema nacional

mais diversas opiniões. Francelino disse que o Ministério da Cultura não tem como assumir posições polêmicas, mas o Senado pode ser o cenário ideal para polemizar o tema.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Efeitos da maconha
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Musculação
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Efeitos da maconha
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre interiorização dos profissionais de saúde
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Mulheres em Destaque* — A entrevistada é a juíza do STJ, Eliana Calmon
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre interiorização dos profissionais de saúde
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Bahia
13h30 — *Mulheres em Destaque* — A entrevistada é a juíza do STJ, Eliana Calmon
14h30 — *Especial sobre o Descobrimento do Brasil*
15h — Sessão do Congresso (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre interiorização dos profissionais de saúde

21h — *Jornal do Senado*

21h25 — *Senado em Pauta*

21h30 — *Mulheres em Destaque* — A entrevistada é a juíza do STJ, Eliana Calmon

22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

08h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — CPI do Judiciário
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Maguito pede apoio para as cooperativas agrícolas

O governo deve dar o merecido apoio ao cooperativismo brasileiro, afirmou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ao comunicar ontem sua participação, na semana passada, na solenidade de posse da nova diretoria da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), na qual o deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG) assumiu o lugar do deputado Carlos Meles (PFL-MG). A Frencoop, completou o senador, é uma das mais representativas e



Maguito quer consolidar a "filosofia do cooperativismo"

atuantes frentes parlamentares do Congresso, reunindo 215 parlamentares.

O objetivo da Frencoop, disse Maguito, é desenvolver estratégias que possam criar um ambiente legislativo capaz de promover a consolidação da filosofia do cooperativismo.

O setor movimenta, segundo o senador, cerca de R\$ 30 bilhões por ano, com o trabalho de 4.200 cooperativas dos mais variados ramos e mais de quatro milhões

de associados em todo o país, coordenadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Entre as vitórias alcançadas pelas cooperativas, Maguito citou a criação do Banco Cooperativo Brasileiro e do Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. Ele assinalou que a luta mais recente da Frencoop e da OCB é a conclusão do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária, com o objetivo de destinar R\$ 2,1 bilhões para a capitalização das cooperativas de produtores rurais. O programa prevê o alongamento da dívida dos cooperados com as cooperativas do setor rural.

O senador Maguito Vilela fez uma saudação especial a Antônio Chavaglia, presidente da Organização das Cooperativas de Goiás, e ao seu vice-presidente, Antônio Carlos Borges.

Dutra rebate crítica ao refinanciamento de precatórios e propõe uma nova CPI

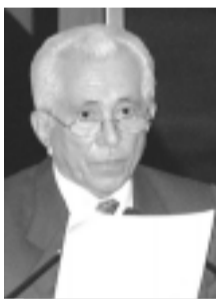
“Resolução do Senado foi moralizadora”, garante senador, ao lembrar que caberá à Justiça examinar a legalidade das operações realizadas pelos estados e municípios

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou ontem que apresentará requerimento propondo a criação de uma nova CPI dos Precatórios. Segundo o senador, a comissão parlamentar de inquérito, se aprovada, irá investigar se está ou não havendo “patifaria” em relação à resolução, aprovada pelo Senado, que prevê a possibilidade de refinanciamento dos títulos públicos emitidos por governos estaduais e municipais para o pagamento de precatórios. O requerimento foi motivado por reportagem da revista *Veja* que classifica a resolução como “uma patifaria do começo ao fim”.

Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN), autor da proposta, disse que patifaria seria manter dispositivo da resolução anterior, de número 78,

Nabor denuncia ameaça externa à Amazônia

“A Amazônia é cobiçada no mundo inteiro”, afirmou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao pedir a transcrição nos Anais do Senado de texto intitulado *Convite à Invasão*, assinado pelo jornalista Pedro Paulo Rezende, no jornal *Correio Brasileiro*. A reportagem diz que o Brasil está despreparado para enfrentar qualquer ameaça externa e que a nova doutrina da Otan dispensa apoio das Nações Unidas em intervenções militares.



Nabor Júnior adverte que risco de invasão é real

Preocupado, Nabor Júnior explicou que isso não consiste em paranóia nem em mania de perseguição. “É um risco real, do qual estão cientes todos quantos acompanham as manifestações das potências estrangeiras e, mais recentemente, das organizações não-governamentais”, afirmou ele. O senador recorreu ao exemplo citado pelo repórter, que invoca a hipótese de uma ONG denunciar no exterior um massacre de índios ianomâmi, na Amazônia, para justificar uma invasão.

Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Ademir Andrade (PSB-PA) o apartearam, o primeiro discordando dessa preocupação, e o segundo dizendo que Nabor Júnior estava coberto de razão.



José Eduardo Dutra citou “pontos contraditórios” da reportagem da *Veja* em relação a um suposto benefício aos bancos

que dava tratamento diferenciado a tais títulos. A norma estabelecia que os papéis emitidos antes de 13 de dezembro de 1995 seriam renegociados e os emitidos após essa data teriam que ser resgatados integralmente na data dos respectivos vencimentos.

Dutra, que apresentou uma emenda à proposta de resolução, concordou com Agripino. “A resolução do Senado foi moralizadora”, afirmou.

Um dos aspectos moralizantes da nova norma, citados pelo senador do PT, é a igualdade de tratamento a todos

os títulos, ao levar ao exame da Justiça a legalidade das operações.

José Agripino também ressaltou a importância da prévia audiência da Justiça para julgar a validade dos títulos. Ele lembrou que a questão foi amplamente discutida no Senado e que a resolução aprovada procurou dar tratamento equânime a todos os estados e municípios que emitiram títulos para o pagamento de precatórios.

Dutra ainda citou pontos contraditórios na reportagem, como a afirmação de que o Banco do Brasil seria prejudicado por deter títulos podres. Ao mesmo tempo, a revista afirma que a resolução vai recompensar os bancos que estão com os títulos. “Ora, a *Veja* deve escolher qual a verdadeira versão”, observou José Eduardo Dutra.

Emilia questiona suposta participação do governo na instalação da Ford na Bahia

Em requerimentos de informação dirigidos aos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer, e da Fazenda, Pedro Malan, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pergunta se o governo estaria de fato cogitando alterar, por meio de medida provisória, a Lei nº 9.440, que criou o regime automotivo especial do Nordeste.

Conforme notícias veiculadas em grandes jornais e em editorial da *Folha de S. Paulo*, a mudança da lei atenderia a pressões da montadora Ford, que teria condicionado sua instalação na Bahia ao recebimento “de incentivos fiscais para equalizar os custos de infra-estrutura e de distância, que são desvantajosos em relação ao Centro-Sul do país”, justificou a senadora em ambos os requerimentos.

Para Emilia, os fatos que resultaram na desistência da Ford de instalar-se no Rio Grande do Sul exigem a atenção do Senado, como casa da Federação que é, prin-



Emilia Fernandes: Ford teria condicionado instalação na Bahia ao recebimento de incentivos

cipalmente depois das notícias de que o ministro Eliseu Padilha teria interferido, diretamente e em nome do presidente da República, na disputa eleitoral que resultou na derrota de Antônio Britto e na vitória de Olívio Dutra.

Conforme relatou a senadora, o governador derrotado negociou as seguintes condições para que a Ford se instalasse

no Rio Grande do Sul: o estado garantiria renúncia fiscal e disponibilizaria R\$ 210 milhões, mais R\$ 440 milhões em obras, muitas “de caráter privado”.

Frente à acentuada redução na receita de ICMS, mesmo antes de assumir o governo, Olívio Dutra procurou revisar o contrato com a Ford, à semelhança do que o Paraná e Minas Gerais fizeram com as empresas Renault e Mercedes, enfatizou a senadora.

— Apesar disso, e do interesse do novo governo na instalação da montadora no estado, em 28 de abril — mesmo dia em que tomou conhecimento da proposta formal de renegociação —, a Ford informou que manteria a exigência de cumprimento integral do contrato. Tão logo anuncia sua saída do Rio Grande do Sul, a Ford imediatamente passa a contar com total apoio do governo federal, inclusive do presidente da República, para instalar-se na Bahia — relatou.

Carlos Bezerra reclama do aumento nos combustíveis

Ao questionar o aumento que o governo concedeu aos preços dos combustíveis, na semana passada, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que a medida terá impactos diretos sobre toda a cadeia produtiva nacional e, por consequência, sobre os custos da maioria dos produtos e os índices de inflação. Ele disse que não ficaram claras as justificativas dadas pela agência reguladora do setor, a Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a concessão do aumento, que ficou em torno de 14%.

— Os impactos dos aumentos de preços e tarifas de insumos energéticos nos índices de custo de vida são extremamente significativos e merecem estar perfeitamente claros e transparentes para a sociedade, sob pena de crítica veemente, não só do ponto de vista técnico, mas também no campo político, onde se podem e devem discutir as ações de governo e sua pertinência aos melhores objetivos para o desenvolvi-



Carlos Bezerra

to brasileiro — lembrou.

Para o senador, da forma como o governo conduziu essa elevação dos preços, a população pode até formular hipóteses de que o aumento estaria sendo dado para garantir maior lucratividade ao setor, já que as planilhas de custos fornecidas pelas concessionárias não deixam claros os métodos e critérios adotados para a medida.

Simon quer quebra de sigilo justificada

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) constatou que os membros da CPI do Sistema Financeiro não colocaram, nos ofícios em que solicitaram a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico, as explicações que fundamentaram os pedidos. “Seja juiz, tribunal ou CPI, tem que explicar o motivo”, disse.

Simon anunciou que vai propor à Comissão Parlamentar de Inquérito o envio dessas explicações ao Supremo. “Tenho informações de que basta isso para que os relatores do STF alterem as liminares”, esclareceu. Outra conclusão a que o senador chegou foi a de que os agravos encaminhados ao STF pelo presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), “provavelmente não serão aceitos”.

O senador voltou a sugerir ao presidente Fernando Henrique Cardoso a convocação do Conselho da República, instrumento político que permitiria a FHC “livrar-se das amarras da Casa Civil”.

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a interpretação de Simon resultaria em que as CPIs só poderiam pedir a quebra de sigilo recorrendo ao Poder Judiciário, “quando esse poder deveria ser da própria CPI”.

Simon, em resposta, esclareceu que não entendia que os ofícios deveriam ser enviados ao STF, mas que, seja a que órgão fosse — por exemplo, ao Banco Central —, os fundamentos do pedido deveriam constar do ofício enviado.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) compreendeu a posição do senador gaúcho como uma ponderação que recolocava em outros termos pronunciamento anterior em que considerara a liminar concedida pelo STF aos advogados de Francisco Lopes uma precipitação. Na verdade, “o que Simon defende é o poder da CPI”, afirmou. Quanto aos agravos, Cabral disse que não havia alternativa.

Bello Parga explicou que os agravos foram feitos após profunda análise das liminares concedidas pelo STF e consulta a Bernardo Cabral.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou sua discordância quanto ao entendimento de Simon, dizendo que as decisões que resultaram nos pedidos de quebra de sigilo foram fundamentadas.

Já a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) salientou que os congressistas respondem a demandas da sociedade. “Não podemos nem devemos continuar nos movendo apenas pela letra fria da lei.”



Simon sugere convocação do Conselho da República